



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

A HISTORICIDADE DA QUESTÃO DA MORADIA: DOMÍNIO DO(S) TERRITÓRIO(S) A PARTIR DO ACESSO À CIDADE E À MORADIA

Vanice Aparecida Alves¹

Evelin Lopes Martinho²

Larissa Batista Pereira Cardana³

Pamela Pereira A. da Conceição⁴

Resumo: Este trabalho visa realizar uma reflexão teórica sobre a questão da moradia como categoria, que implica na expressão da questão social, e que na sociedade brasileira ainda carrega marcas do domínio do(s) território(s), que se inicia com a negação ao acesso à cidade atrelado à “falta de moradia”, em particular da população negra escrava e depois da classe trabalhadora assalariada.

Palavras-chave: Moradia, Território, Acesso à cidade.

Abstrac: This work aims to carry out a theoretical reflection on the issue of housing as a category, which implies the expression of the social question, and which in Brazilian society still carries the mark of the domain of territories, which begins with the denial of access to a city linked to "lack of housing", in particular of the black slave population and then the working class.

Keywords: Housing, Territory, Access to the city.

Introdução

Este artigo busca realizar uma breve reflexão teórica sobre a categoria moradia, em particular na sociedade brasileira, que tem em seu processo de desenvolvimento marcas perversas de domínio do(s) território(s), iniciado a partir da negação do acesso à cidade, principalmente da população negra (ex)escrava e depois da classe trabalhadora assalariada, que vai vivenciar a expressão da questão social materializada na “falta de moradia” perpetuada ainda hoje na sociedade. Identificamos que essa questão tem início com a libertação dos escravos que, apesar de “livres”, estarão acorrentados pelas condições de vulnerabilidade que lhes restam nesse processo perverso. E para fundamentar esta reflexão, o artigo referenda-se os autores principais: Nabil Bonduki (1993) e Ermínia Maricato (1997; 2001).

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Paulista. E-mail: <vanice.alves@docente.unip.br>.

² Estudante de graduação. Universidade Paulista. E-mail: <vanice.alves@docente.unip.br>.

³ Estudante de graduação. Universidade Paulista. E-mail: <vanice.alves@docente.unip.br>.

⁴ Estudante de graduação. Universidade Paulista. E-mail: <vanice.alves@docente.unip.br>.

Portanto, nota-se que esse processo de desenvolvimento das cidades brasileiras carrega séculos de privilégio da burguesia em detrimento da negação do acesso à(s) cidade(s) e à falta de moradia da população desfavorecida.

I. A historicidade que permeia a questão da moradia

Para refletir a questão da moradia como expressão da questão social na sociedade brasileira e seu processo de desenvolvimento, enquanto domínio dos territórios das cidades, utilizaremos como ponto de partida o processo de abolição da escravidão em 1888, processo este que supomos ser o início da negação do acesso à cidade, a princípio atrelado a “*falta de moradia*”, em particular da população negra ex-escrava.

Segundo Maricato (1997) após o processo de abolição da escravidão⁵ em 1888, os negros libertos ainda sofriam muito preconceito, pois carregavam consigo as marcas e os danos causados por esse período. Para a autora, os negros se percebem libertos do trabalho escravo, porém estavam acorrentados diante dos obstáculos que enfrentariam, tendo em vista que se acostumaram a ter o chão da senzala para reclinare suas cabeças, e terem sua alimentação a advinda dos restos deixados por seus donos.

A autora acrescenta ainda que após a abolição, os negros libertos se viram livres para darem início à construção de suas vidas, junto a uma sociedade de direitos sociais básicos, como saneamento básico, saúde, moradia e segurança, porém, não obtiveram. Nesse momento de liberdade, iniciavam-se os primeiros obstáculos a serem enfrentados pelos ex-escravos, por não terem onde morar, não possuíam trabalho e não eram alfabetizados. Neste contexto, os ex-escravos começam a ocupar as cidades, e uma delas foi o Estado do Rio de Janeiro, onde se assentaram nas praças da cidade para dormir e viver de esmolas, até conseguirem trabalhos para se sustentarem.

A partir desses elementos sócio-históricos, supomos que o início dessa configuração de desenvolvimento da(s) cidade(s) construída pela sociedade brasileira, releva e reforça o domínio do(s) território(s) pela burguesia a partir do acesso à cidade e à moradia, no qual privilegiou apenas uma parcela da sociedade burguesa e branca, excluindo do acesso a uma vida digna urbana a população negra.

Nesse cenário, podemos identificar as forças históricas que estão no bojo das cidades, desde a sua origem, evolução ou função, ou seja, “[...] a cidade é a *objetivação destas forças*”. (OLIVEN, 2010, p.8. Grifo nosso). A partir destes elementos, podemos supor que na sociedade brasileira, essas forças históricas, que vão desde a origem e evolução de nossas cidades, se assentam características de segregação urbana, intensificada após a abolição da escravidão.

⁵ Cabe assinalar, que este processo de abolição, não se deu sem a luta do povo negro

Percebe-se que com o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e as transformações do modo de produção, surgem várias expressões sociais, que colocam os negros em situação de extrema vulnerabilidade social, pois passaram a concorrer com os imigrantes que chegavam ao país para trabalhar. Diante disso, ficavam mais desfavorecidos a cada dia por não terem habilidades técnicas exigidas para trabalharem com máquinas, que aos poucos eram implantadas no setor industrial brasileiro.

Nessa conjuntura, as autoridades da época, não estavam preparadas para acolher aqueles indivíduos que passaram sua vida servindo seus donos e que após libertos precisariam da efetivação de seus direitos como cidadãos da época, isto é, direito à moradia, à saúde, à educação, e de condições mínimas que proporcionassem dignidade.

Bonduki (1993) aponta que a falta de moradia em território mundial começou em 1760, com a Revolução Industrial na Inglaterra, tendo como desdobramento um processo de grandes transformações econômicas e sociais. Assinala que este modo de produção industrial se espalhou por grande parte do hemisfério norte, durante o século XIX e início de XX. Após a Primeira Guerra Mundial, a burguesia já se *preocupava com a habitação social*, pois já existiam inúmeros conjuntos habitacionais do governo, porém, com a intenção de esvaziar as ruas e calçadas.

Nesse contexto notamos que a questão habitacional apresenta-se marcada por uma perspectiva higienista, a medida que sua preocupação é com a *“limpeza territorial”* ou a *“limpeza da cidade”*, ou seja, já naquela época buscava-se produzir uma imagem “limpa” das cidades, expulsando de alguns territórios das cidades aqueles considerados desfavorecidos. Além disso, supomos que esta dinâmica tenha contribuído também para demarcar os territórios como mercadoria, permitindo o acesso à cidade apenas a uma parcela da população que conseguisse “comprar” um pedaço da cidade.

Nesta perspectiva, Oliven (2010, p.8) assinala que para Weber e Marx a cidade⁶ se caracterizara “como lugar de mercado”. Weber, por exemplo, ao buscar conceituar o fenômeno urbano realizou uma análise com vários tipos de cidades que existiam no passado, e demonstrou com isso diferentes origens de cidades, além de ressaltar a *importância do mercado para o desenvolvimento das cidades*.

Para Weber, **a cidade é pré-condição do capitalismo na medida em que é necessária para a existência do mesmo**, mas mais tarde o desenvolvimento do **capitalismo intensifica o crescimento das cidades**. Neste sentido, para Weber, **a cidade é primeiro um pressuposto do capitalismo**, mas posteriormente seu desenvolvimento é um resultado dele. De fato, ele argumentou que uma das razões pelas quais o capitalismo não se desenvolveu no oriente foi exatamente a ausência de cidades definidas de acordo com seus critérios (OLIVEN, 2010, p.9. Grifo nosso).

⁶ Weber e Marx, refere-se as cidades da civilização Ocidental.

Para Marx, o *desenvolvimento do modo de produção capitalista* se deu por meio das *transformações das cidades*, onde as manufaturas foram destruídas pelas fábricas, lugar para onde os servos foram após terem fugido ou sido expulsos do campo.

Portanto, a partir dos autores Bonduki (1993) e Oliven (2010), podemos afirmar que com a Revolução Industrial, entre as transformações no modo de produção, a questão habitacional começa a ter uma intervenção do governo, por meio de conjuntos habitacionais potencializando assim a lugar de mercado. Além disso, concordamos com Oliver (2010) ao apontar que as cidades dão lugar a uma estrutura social muito além da área urbana.

Na conjuntura do Brasil, com a “libertação dos escravos” percebe-se que os negros foram abandonados à sua própria sorte, sem ressarcimento de séculos de trabalho forçado, além de não terem o que comer e nem onde morar. Consequência disso é que muitos ficaram nas ruas, e aqueles que conseguiram uma moradia nos cortiços, viviam sem o mínimo de saneamento básico.

Essa situação se agravou ainda mais, com a vinda da população do campo para a cidade, principalmente na segunda metade do século XX, motivados pelo processo de substituição do homem pela máquina. Houve também a imigração dos europeus, que estavam mais habituados ao processo de industrialização e assim conseguiram se inserir no mercado de trabalho, ocupando as vagas nas fábricas. Todo esse processo ocasionou um aumento das expressões sociais, devido à falta de emprego para “os nativos” e à falta de uma intervenção do Estado na área social.

No início do século XX, Bonduki (1998) enfatiza que a habitação para as classes populares era basicamente representada por *dois tipos de moradia*. A primeira eram as vilas operárias, incentivada pelo poder público, através de isenções fiscais. Porém se destinavam ao público de classe média baixa, como operários, funcionários públicos e comerciantes, não sendo viável para a população mais pobre. O segundo tipo de moradia era representado através das moradias de aluguel, implantadas por iniciativa privada, que na maioria dos casos se assemelhavam aos cortiços, pela baixa qualidade.

O Estado do Rio de Janeiro, capital da República, sofreu com o acúmulo de pessoas sem moradia. Os governantes implantaram no período de 1836 a 1913 durante a administração de Pereira Passos, uma intervenção estatal com um caráter mais urbanístico e de embelezamento da cidade. Essa política foi complementada com a legislação urbana repressiva escrita no Código de Obras de 1937, que visava à proibição de cortiços. Assim essa intervenção conseguia expulsar a população mais pobre para a periferia da cidade. As cidades começam a se transformar em verdadeiras metrópoles, visando conseguir investimentos internacionais para a economia brasileira.

A partir dos processos sócio-históricos resgatados pelos autores até aqui, podemos afirmar que essa dinâmica de expulsão da população desfavorecida por meio do Estado ou da sociedade burguesa brasileira, tem início desde a “abolição dos escravos”, tendo sua continuidade no desdobramento do desenvolvimento das cidades e do modo de produção.

Maricato (1997) enfatiza que nesse período o Brasil passava a ocupar posições importantes diante do mundo, após se apresentar como o maior produtor de café, direcionando suas atenções para os mercados externos. A autora acrescenta que o país já era alvo de interesses internacionais. Falava-se de um Brasil urbano.

Ainda de acordo com Maricato (1997), a cada dia desembarcavam no Brasil mais imigrantes que dariam início ao processo de construção civil. Em meados de 1930, o sistema fundiário é organizado para a distribuição e organização das terras. Essa organização buscava dividir os espaços territoriais, demarcando as áreas de cada proprietário, visando a questão documental e o recolhimento dos impostos.

Por outro lado, para os ex-escravos sobraram os serviços pesados, dando a eles somente a oportunidade de possuir subsídios financeiros para se alimentarem, pois a conquista da moradia se distanciava a cada dia. Para eles sobraram moradias como cortiços, sempre em situação precária, sem saneamento básico, colocando-os em situação de extrema vulnerabilidade.

É perceptível que ao desvelarmos o desenvolvimento da sociedade brasileira, identificamos um processo violento de domínio do(s) territórios, onde a burguesia branca em sua maioria teve e mantém séculos de privilégio do acesso à cidade e à moradia, enquanto a população desfavorecida administra a “falta de moradia”, em particular da população negra ex-escrava e depois enquanto classe trabalhadora assalariada. Observa-se nesse processo, séculos de negação ao acesso aos territórios das cidades, à moradia, estudos, saneamento básico, saúde, ou seja, ao direito de uma vida digna, restando-lhes apenas as condições precárias - ainda hoje - de moradia.

De acordo com Maricato (1997), no período de regularização das terras, de grandes construções, de inauguração do urbanismo brasileiro no século XX, surge também um momento de grande desigualdade social, pois a regularização de terras, as novas diretrizes da construção civil, impactava diretamente naqueles que não possuíam sequer casa própria.

Segundo Maricato (2001), o Brasil sofreu um grande processo de urbanização do final do século XIX e início do século XX. Nesse período foram realizadas obras residenciais e criado a facilidade ao acesso a saúde, transporte, água, energia etc. Para o embelezamento da cidade e para o crescimento imobiliário, as melhorias realizadas foram insuficientes para suportar a população, pois ela aumentou rapidamente, e de repente já não tinha um suporte adequado.

Observa-se que o processo de urbanização no Brasil teve início por volta do século XX, com o intuito de melhorias que oferecessem benefícios para toda a sociedade, porém na prática não ocorreu dessa forma. A urbanização beneficiou apenas as classes média e alta, ocasionando o surgimento de uma crise urbana assim como uma crise no planejamento, colocando em evidência as más condições vivenciadas pela maior parte da sociedade brasileira, mostrando as desigualdades sociais desde os períodos colonial e imperial.

Os ganhos dos trabalhadores ex-escravos, que por sua vez já compunham essa sociedade - não mais com a nomenclatura da escravatura, e sim como negros que já constituíam famílias- não atendiam suas necessidades primárias.

Segundo Maricato (2001), nesse período surgia uma nova concepção urbana para uma nova sociedade, uma nova disciplina espacial ética e cultural. Priorizavam-se novos centros comerciais como lazer, cultura e moradia para uma classe seletiva, que por sua vez exigia a expulsão de negros e brancos pobres para não comprometer a imagem de seus interesses comerciais e pessoais, nesse momento de expansão da urbanização.

Destaca também que o Brasil coloca tarefas difíceis para os profissionais arquitetos e planejadores no que se refere à urbanização, pois esses profissionais não tinham conhecimentos específicos e nem experiência com esse processo de urbanização. A autora assinala que a crise urbana tem vivido um retrocesso desde o final do século XIX e início do século XX, pois esses profissionais junto ao governo não tinham certa noção do quanto essas cidades iriam crescer.

No momento em que houve um surgimento do problema habitacional a classe proletária não conseguiu acompanhar essa evolução urbana por estarem sempre em situação de vulnerabilidade social. Com o avanço no processo de urbanização as expectativas de muitos era uma melhoria financeira com aquisição da casa própria, buscando um espaço que ofertasse também o lazer, a cultura, a educação e a segurança. Nesse período, as cidades brasileiras eram vistas pela classe trabalhadora como as cidades das oportunidades, pois o processo de modernização os distanciava a cada dia da vida humilde do campo.

Segundo a autora a sociedade brasileira, desde a abolição dos escravos, acreditava que a salvação financeira de suas famílias estava nas grandes metrópoles. Acreditavam que ao se mudarem rapidamente para outras cidades todos os seus problemas seriam resolvidos e que todas as conquistas seriam imediatas, tais como: uma boa escola com ensino de qualidade para seus filhos; emprego pleno; moradia própria; e até mesmo no quesito alimentar, ambicionando uma alimentação diferenciada da que estavam habituados, devido às novidades que o processo industrial trazia para a sociedade.

Infelizmente, não foi dessa forma que tudo ocorreu. Os sonhos de diversas famílias se transformaram em um grande pesadelo, pois as dificuldades estavam aumentando

rapidamente. As escolas que tinham a missão de ensinar e qualificar os alunos preparando-os para o mercado de trabalho não conseguiam atender a toda a população devido à superlotação. A cada dia o ensino se tornava mais precário.

Cabe ressaltar que boa parte da população não frequentava as escolas, pois tinha que trabalhar, mesmo sendo menor de idade, de forma ilegal para viabilizar o sustento familiar. Essas famílias trabalhavam muito para conseguir pagar o aluguel caríssimo, mesmo em áreas precárias.

Em 1980, muitas famílias ainda estavam ocupando as periferias por não terem recursos financeiros para custear seus aluguéis, com isso as periferias começaram a se expandir rapidamente, pois a cada dia chegavam uma grande quantidade de famílias em situação de desabrigo.

Segundo Maricato (2001) o governo não possuía um olhar social direcionado à classe média baixa, esquecendo que essa classe era numerosa e que também seria a força de trabalho das indústrias. Pensava-se somente em gerar riquezas e na cidade perfeita, sem pensar nas expressões sociais que afetariam ainda mais a classe trabalhadora.

O setor imobiliário continuava crescente, com isso a entrada de dinheiro aquecia a economia através das vendas das casas, apartamentos e da instalação de empresas no centro das cidades. As pessoas que compunham a classe média baixa trabalhavam para a classe média alta de forma ilegal, acreditando ser apenas por um curto período e que brevemente conseguiriam ocupar as vagas de trabalho com mais destaque, e por consequência teriam melhores salários.

Assim conseguiria tornar realidade a conquista da casa própria. Porém, viam, a cada dia, seus sonhos mais distantes, pois a classe burguesa detinha o meio de produção e conquistava mais terras, empresas, casas de luxos e, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora trabalhava incansavelmente, sem ao menos conseguir um financiamento da casa própria. Para a autora o governo é o maior culpado por esse déficit imobiliário vivido nas grandes cidades.

De acordo com Bonduki (1993), nesse período de obras nas grandes cidades as populações carentes se instalavam nos morros das cidades. Surgiram, assim, as famosas periferias em vários pontos de cidades como: Manaus, Belém, Porto Alegre, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro.

No entanto, cabe assinalar que o processo de urbanização foi se efetivando através da força de trabalho dos ex-escravos. Aos poucos se concretizavam as construções de edifícios, dando forma a uma nova metrópole. Por outro lado, os espaços territoriais nos centros das cidades eram utilizados somente para os investimentos com maior retorno

financeiro, aumentando a riqueza do governo. Dessa forma, os governos estaduais e municipais alocavam a população carente em áreas descentralizadas em moradias precárias.

Segundo Maricato (1997), o governo começa a se preocupar com questão habitacional. Iniciam-se os incentivos para que as empresas denominadas capitalistas, que surgiram no processo de industrialização do país, produzissem habitação popular no início do século, o que não surtiu efeito. As empresas não conseguiram vencer a concorrência da produção informal, realizada por pessoas que trabalhavam por conta própria, sem vínculos com empresas do ramo da habitação. As empresas capitalistas estavam interessadas em atingir outro público, através da comercialização de lotes e que, de preferência, não se destinassem ao mercado popular. Pois essas empresas faziam parte do processo crescente do meio de produção desde o início da industrialização em que estavam inseridas

Para a autora, a classe trabalhadora estaria fadada a ser sempre locatária da classe burguesa que detinha o capital, porém eram crescentes as expressões sociais que emergia a camada mais pobre, pois se precisavam custear o aluguel mal tinha dinheiro para adquirir outros bens de consumo. Notava-se um crescimento populacional nesse período, sendo necessário a cada dia constituir mais moradias, porém, nunca eram de cunho popular.

Segundo Nascimento e Braga (2009), por volta de 1930, o crescimento das maiores cidades, eram sustentadas pelo fluxo migratório de ex-escravos e migrantes que acentuavam as dificuldades de caráter urbano. Apontava ao início do século, a escassez de moradias sendo insuficiente e gerando desafios para o poder público, que por sua vez teria que pensar em como minimizar a falta de moradia.

No primeiro governo de Vargas, foram dados os primeiros passos importantes para o desenvolvimento econômico: houve implantação de políticas econômicas que desestimularam a produção agrícola, visando desenvolvimento industrial e estimulando a modernização do país. Tais políticas viabilizaram a melhoria salarial para os assalariados urbanos, o que ocasionou um aumento do fluxo migratório sustentado pela massa rural em busca de trabalho na economia emergente.

Por um lado, se enriquecia as atividades industriais e as políticas públicas desse período, direcionadas ao operário urbano. Já a agricultura tradicional era empobrecida juntamente com os trabalhadores do campo. A moradia passa a ser condição básica de reprodução da forma de trabalho para que a industrialização pudesse ser assentada. O governo deu incentivo à produção intelectual para instituições públicas e privadas, para que pudessem buscar soluções para o crescente *déficit habitacional*. Nesse contexto, em 1931 acontece o I Congresso de Habitação promovido pelo Instituto de Engenharia, e a Jornada de Habitação Econômica, organizada pelo Instituto de Organização Racional de Trabalho, em 1941.

Na década de 40, sugeriram os apartamentos como uma principal forma de moradia da classe média que fortificou a expansão imobiliária privada, mas que, infelizmente, foi priorizado o financiamento imobiliário somente para a classe média e alta. A maior parte da população, que é a classe trabalhadora, não teve acesso a esses financiamentos, sendo eles os que mais necessitavam de moradias próprias, pois vieram de outras cidades em busca de emprego e moradia.

De acordo com Maricato (2001), nas décadas de 40 e 80, houve o maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que foi um dos maiores em todo o mundo. Esse grau de crescimento econômico do Brasil teve a influência na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores que abandonaram o campo para trabalharem e morarem nas grandes metrópoles. O crescimento do PIB se manteve acelerado em 1970, mesmo mantendo uma grande parte da população sem acesso à moradia, trabalho, saúde, estudo entre outras necessidades básicas necessárias para a sobrevivência.

Nesse período, destacam-se diversas pesquisas voltadas para o déficit habitacional, buscando políticas que trouxessem soluções e a constituição de moradias baratas e mínimas, cumprindo os requisitos previstos por lei.

Com base em Braga e Nascimento (2009), nota-se que por três décadas, os governantes e intelectuais buscavam soluções para o crescente déficit habitacional, acontecendo diversos encontros, seminários, onde se discutia o caos habitacional que o país se encontrava. Somente em 1964, devido à pressão da classe dominante preocupada com a marginalidade urbana, cria-se o Banco Nacional de Habitação (BNH), por meio da Lei 4320, 21/08/1964, com objetivo de estimular a construção de habitação de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente pela população com menos renda.

Bonduki (1993) resgata que entre 1940 a 1950, ocorre um avanço na habitação social, tornando-se visível aos olhos dos governantes, porém com o Golpe Militar (1964 a 1985) acontece a estagnação econômica, marginalização social e vazio cultural, que afeta diretamente as habitações sociais. Para o autor o BNH visava beneficiar em curto espaço de tempo as empresas do setor da construção civil, com uma gestão centralizada e autoritária, que não buscava a qualidade em suas construções. Acrescenta ainda, que a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), marca o final do regime urbano fordista no Brasil.

O método não foi eficaz na realidade brasileira, conforme ocorreu nos países do capitalismo central, onde o assalariado foi universalizado levando a ampliação dos direitos da cidadania entre eles o da moradia. Já no Brasil, não foi funcional, pois a burguesia buscava somente os lucros e não davam direitos aos seus trabalhadores.

Bonduki (1993) destaca, dentre as modificações trazidas pelo regime urbano, a ampliação do espaço da moradia para atender às demandas de consumo de bens duráveis,

da mesma forma como o acesso à moradia se transforma em uma mercadoria de consumo mais amplo, como o mercado de massa de moradias. Por outro lado, o acesso passa a ser viabilizado pelo *mercado de imóveis* e não mais pelo mercado de aluguéis. O autor ressalta ainda, que o acesso universal à moradia nos países centrais foi possibilitado por financiamentos do Estado ou financiamentos subsidiados pelo poder público, bem como pelo mercado imobiliário. Ou seja, a intervenção do Estado para promover política de habitação se mostrou de modo ineficaz, visto que não dava conta de atender a demanda da população que precisava de acesso à moradia.

Segundo Bonduki (1993), nos anos 80 com a crise econômica, as comunidades ficaram extremamente populosas com quase um milhão de pessoas. Devido ao grande número de pessoas em lugares inapropriados, sem água, luz e encanamento, ficou impossível transferi-las para conjuntos habitacionais, tendo em vista tentativas anteriores de alguns governos, porém sem sucesso, pois os recursos cedidos para habitação eram 50% inferiores que o necessário, ainda que houvesse dinheiro. O autor acrescenta que não podemos esquecer a falta de terra, sendo o espaço territorial geograficamente que permeia nosso país.

Entre as décadas de 80 e 90, Maricato (2001) aponta que houve um declínio econômico causando um grande impacto social nessas décadas, tanto que a população brasileira enfrentou grande processo de desemprego e presenciou o fenômeno chamado “violência” que era então um processo prematuro na história do Brasil. Essas décadas são chamadas de décadas perdidas, pela questão social e ambiental causada pelo congestionamento habitacional, desempregos, enchentes, desmatamentos entre outras calamidades.

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação (MARICATO, 2001, p. 22).

Após esta explanação apresentada, ainda nos questionamos como inúmeras famílias moram em territórios sem saneamento básico num país tão rico. Como pode haver em um mesmo território classes sociais tão desiguais? Por que cidades estão divididas entre bairros burgueses e periféricos?

Bonduki (1993) contribui para essas reflexões afirmando que o Brasil não é um país pobre, e sim um lugar onde a desigualdade prevalece. Num mesmo país existem classes sociais distintas devido à má distribuição de renda. O autor menciona o filósofo Karl Marx (1818-1883) para explicar essa desigualdade, que segundo ele é um fenômeno causado pela divisão das classes, e que a classe dominante se prevalece disso para garantir o acúmulo de

riqueza, mesmo que para isso deixe a outra classe na miséria. Bonduki (1993) enfatiza ainda que *a falta de habitação é necessariamente produzida pela sociedade burguesa*.

Conforme Maricato (2001) estudos mostram que o planejamento urbano e a crise da cidade, demonstram que estamos cada vez mais longe de esgotar assuntos que interessam à sociedade, e é necessário repensar na qualidade de vida da população, facilitando o seu acesso na compra da casa própria e até mesmo nos programas habitacionais.

Além disso, a partir desse contexto sócio-histórico, observamos que nesse período apresentado neste artigo não houve políticas públicas efetivas para solucionar o *déficit habitacional*, tendo em vista que os programas não atenderam às reais necessidades das demandas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Arquitetura e habitação em São Paulo em 1989-1992**. São Carlos: USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 1993.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil cidades**: alternativas para crise urbana. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEN, Ruben George. A cidade como categoria sociológica. In: **URBANIZAÇÃO e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2010, p. 7-23.